



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

086

ATA DA DUCENTÉSIMA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAD/CONAB

Aos trinta e um dias do mês de maio de dois mil e doze, às 10 horas, no Edifício Sede da **Companhia Nacional de Abastecimento – Conab**, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do artigo 16, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto A, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, com a presença do senhor **José Carlos Vaz**, Presidente; dos senhores **Rubens Rodrigues dos Santos**, **Carlos Carboni**, **José Gerardo Fontelles** e **Edílson Guimarães**, Conselheiros, e do Chefe de Gabinete, **Getulino Oliveira Narciso**, convidado a secretariar os trabalhos, teve início a **ducentésima vigésima oitava (228ª) reunião ordinária do Conselho de Administração da Conab**. Aberta a reunião, o Presidente do Conselho, com a palavra, **(1)** cobrou informações sobre o andamento do acordo de gestão que será firmado entre a Conab e o Ministério. Foi informado pelo Presidente da Companhia que o documento já se encontrava em posse dos diretores, para análise. Os prazos propostos estavam sendo avaliados, com vistas a verificar-se se são, de fato, exequíveis. Dentro do acordo também está sendo focado o fortalecimento da governança da empresa. O Conselheiro Rubens Rodrigues dos Santos afirmou, ainda, não ter observações discordantes quanto ao formato e conteúdo atual do documento, que deverá ser assinado em breve. Ficou acertado um prazo de 15 dias para a assinatura do acordo. Prosseguindo, o Presidente solicitou **(2)** informações sobre Plano de Providências para atendimento das recomendações da CGU. A Auditoria Interna percorreu sobre a atualização do relatório, ficando determinado que, na próxima reunião do Conselho, será feita uma prestação de contas detalhada sobre as ações que têm sido executadas. O Presidente do Conselho recomendou apresentar, impreterivelmente na próxima reunião, a manifestação da Diretoria Colegiada sobre o Plano de Providências ao Relatório CGU. Com a palavra, o Conselheiro Rubens Rodrigues dos Santos falou sobre a **(3)** reunião realizada em 23 de maio, entre os conselheiros de administração, fiscais, diretores da Conab e representante do Dest/MP. Informou que o Diretor daquele Departamento de Governança havia entrado em contato posteriormente, manifestando sua intenção de incluir a questão do Cibrus na solução global destinada à Companhia. Diante de tal vinculação, **(4)** ele sugeria sobrestar as negociações relativas ao Instituto até que a proposta de reestruturação da empresa esteja pronta. No telefonema, **(5)** o Diretor do Dest/MP voltou a enfatizar a importância da contratação de uma consultoria externa para a reestruturação da empresa. O Conselheiro Rubens Rodrigues dos Santos afirmou que a meta é obter um Plano de Ações para a reestruturação da Conab, num prazo de 60 dias. Quanto ao Cibrus, os Conselheiros ponderaram que o risco existente era superior ao de uma intervenção, o perigo seria de liquidação do Instituto, enfatizando a necessidade de ações tempestivas. Não havendo outras Comunicações a serem feitas, o Presidente do Conselho retomou a palavra e deu início à análise da pauta do dia, passando ao **(4) Acompanhamento dos atos de Administração e Controle, a saber: (4.1) Exame das atas das reuniões da Diretoria Colegiada e seus assuntos mais relevantes, com comentários. Atas das 1038ª a 1044ª das reuniões ordinárias da Diretoria Colegiada.** O Conselho indagou sobre a recomendação, constante da Ata da 1038ª



Reunião da Diretoria Colegiada, no sentido de que fosse realizada consulta ao Ministério Público do Trabalho concernente à promoção por antiguidade, uma vez que as duas teses apresentadas a este respeito eram contraditórias, sendo necessária uma posição neutra e de saber notório. Os Conselheiros foram informados de que as tratativas estavam sendo feitas e, tão logo houvesse uma posição definitiva, o Conad seria informado. Junto a este assunto, os Conselheiros também foram informados de que a Companhia pretende buscar um amplo acordo administrativo para as questões trabalhistas existentes, com base em estudo realizado, procurando evitar novas ações judiciais. Quanto ao restante do conteúdo das Atas, os Conselheiros registraram que o material fora devidamente analisado, não havendo outras observações a serem registradas. **(4.2) Exame das atas das reuniões do Conselho Fiscal e seus assuntos mais relevantes, com comentários. Ata da 200ª reunião ordinária e 48ª reunião extraordinária do Confis.** A respeito da avaliação de imóvel da Conab no Rio de Janeiro, pelo valor de 14 milhões de reais, mencionada em ata pelo Confis, o Conselho de Administração solicitou informações sobre o andamento da venda pretendida. Os Conselheiros foram comunicados que uma nova avaliação havia sido solicitada à Caixa Econômica Federal, elevando o valor de venda de 14 para 60 milhões de reais. O processo de compra pelo governo do Estado do Rio de Janeiro já se encontra adiantado, estando acertada inclusive a forma de pagamento. O Presidente do Conad solicitou que fosse enfatizado no acordo a realocação, pelo comprador, do Laboratório do Ministério (Lanagro) instalado naquele imóvel. O Presidente do Conad recomendou apresentar, na próxima reunião, esclarecimentos sobre distorção e impropriedade na execução orçamentária e financeira citada na ata da 200ª reunião do Confis. Logo após, os Conselheiros passaram à **(5) Fiscalização da gestão da Diretoria Colegiada (informações da Auditoria Interna e outros órgãos):** **(5.1) CI Audin nº 154, de 23/05/2012 – Relatórios de Avaliação de Gestão nº 2, 3 e 4;** **(5.2) CI Audin nº 161, de 24/05/2012 – Parecer da Unidade de Auditoria Interna ref. Matriz e Suregs GO, MT, MS, PA, PE, PI, RJ, RR e BA/SE.** Com a palavra, o Auditor Interno registrou que, com a alteração promovida pelo Conad no trâmite dos relatórios de auditoria, havia a necessidade de se definir área para acompanhar as ações e recomendações de auditoria. O Presidente do Conselho, entretanto, argumentou que a própria Audin já possuía essa área na sua estrutura, que deveria continuar tais acompanhamentos. O Presidente do Conselho reiterou que, conforme a resolução que fora assinada, o resultado dos trabalhos de auditoria devem ser levados ao conhecimento do Conselho, mas isso não deve ser impedimento para que as providências deles resultantes fossem de pronto iniciadas. Prosseguindo, o Auditor entregou aos presentes o parecer relativo à prestação de contas da Matriz e Superintendências Regionais, a ser analisado por todos. Questionado sobre o controle nas operações da Companhia, o Auditor lembrou que a Auditoria Interna também realiza um acompanhamento por amostragem, na análise de riscos. Em tempo, o Conselheiro Gerardo Fontelles recomendou que a Diretoria Colegiada sempre se atenha à legislação vigente, situação que é pressuposta pelos Conselheiros, em suas análises. O Presidente do Conad aproveitou para resgatar e reiterar uma recomendação do Conselho feita no último trimestre do ano passado, no sentido de que novos acordos de cooperação sejam submetidos à Secretaria Executiva do Ministério, antes de serem levados adiante. Enfatizou que deveria vigorar o que já



havia sido determinado nesta matéria: os Termos de Cooperação à conta de recursos orçamentários da União serão previamente submetidos/comunicados ao Mapa. Em seguida, os Conselheiros passaram ao **(6) Acompanhamento da execução da orientação geral dos negócios da empresa, a saber: (6.1) CI Sufis nº 263, de 09/05/2012 – relativa à alteração da nomenclatura e atividades regimentais da Gevep e Gefis, subordinadas à Diretoria de Operações e Abastecimento (Dirab).** O Conselho tomou conhecimento e aprovou as alterações propostas. Em seguida, o Presidente passou ao **(7) Acompanhamento das Demonstrações Contábeis e da Situação Financeira da Empresa, a saber: (7.1) CI Diafi nº 063/2012 – Relatório Sintético de Atividades da Conab – abril/2012.** O novo modelo de relatório apresenta alguns itens já existentes nos anteriores, com uma pauta mínima estendida. Os Conselheiros deram destaque ao incremento do resultado obtido, enfatizando uma execução orçamentária um pouco baixa. O Conselheiro Rubens Rodrigues dos Santos apresentou, como sua primeira sugestão, ir ao TCU para propor a recuperação dos créditos por meio de descontos. Informou que, na próxima reunião do Conad, já apresentará um posicionamento sobre a questão. Em sua avaliação os créditos, da forma que estão, são de difícil recebimento. É preciso negociar e quebrar os paradigmas. Considerou necessário que se faça uma boa política para solucionar o impasse. Tudo deverá ser analisado e levado em conta: riscos, probabilidades de sucesso nas cobranças, garantias, etc. É preciso que se confronte o valor gerencial *versus* o valor contábil da dívida. A Superintendência de Contabilidade (Sucon) está procurando compatibilizar os sistemas, que não se falam (contabilidade e sistema de cobrança), providência que é fundamental. O valor de cobrança não é um ativo recebível, a compatibilização é necessária e imprescindível. Dentro da premissa de que todas as opções devem ser analisadas, a fim de se identifique a melhor delas, o Auditor Interno, com a palavra, informou sua conversa com técnicos da Engea (Empresa Gestora de Ativos). Afirmou que os critérios de reestruturação são bastante específicos (alçadas, limites), existindo inclusive uma cartilha a respeito. Ponderou que, sendo a maior parte dos débitos oriundos de desvios e perdas da PGPM, e existindo também o Tesouro Nacional, seria mesmo necessária uma equalização da dívida. Talvez fosse possível entregar a cobrança ao próprio Tesouro, deixando que este terceirize com a Engea (restando um crédito do Tesouro junto à Conab). A seguir, foi dado início à **(8) Análise dos demonstrativos contábeis e financeiros trimestrais, comparando-os com o mesmo trimestre do ano anterior. (8.1) CI/Sucon nº 386/2012 – Demonstrações Contábeis – abril/2012.** Os Conselheiros não apresentaram maiores comentários sobre a análise feita, apenas consideraram as declarações apresentadas pelo Contador como suficientes. Foi recomendado que as análises continuem sendo produzidas, na medida da necessidade. Todavia, nos relatórios trimestrais, tais comentários deveriam ser obrigatórios. **(9) Assuntos Gerais, a saber: (9.1) CI Sucon nº 401, de 29/05/2012 – Plano de Adequação das Atividades Contábeis da Conab.** O Superintendente de Contabilidade apresentou o Plano de Adequação das Atividades Contábeis. Em primeiro lugar, identificou a necessidade de que fossem criados núcleos de controle contábil/fiscal em todas as Superintendências Regionais, demanda das próprias Suregs. Afirmou que, hoje, não existe sequer uma unidade na Companhia que possa fazer o tratamento de informações para o Superintendente local. Tudo o que existe é



retrabalho e sistemas que não conversam entre si. Há também uma verdadeira evasão dos profissionais de contabilidade. Baseado no diagnóstico feito, o setor estava apresentando uma proposta fundamentada no que foi implantando pelo Tesouro Nacional, com contadores e técnicos registrados nos Conselhos Regionais. Enfatizou que a demanda por um setor fiscal era antiga nas Regionais, onde existe uma sobrecarga decorrente das funções, de diversas áreas, que são assumidas pelo setor contábil. Neste quadro, a setorização fiscal ajudaria a equacionar a sobrecarga. A nova estrutura poderá ser implantada sem grande impacto financeiro, apenas com adequações na atual estrutura da empresa. Também foi proposta a criação de uma Gratificação por Atividade Contábil, com vistas a motivar o retorno e a permanência de tais profissionais em suas atividades-fim. O Conad solicitou ao Presidente da Conab que preparasse um estudo que viabilizasse a implantação ora solicitada pela Sucon.

(9.2) Acompanhamento e controle de pendências. O Conselho recomendou que as pendências restantes, identificadas pelo controle, fossem resolvidas. Quanto ao (i) Plano de Trabalho da Superintendência de Contabilidade (Sucon), os Conselheiros registraram que o mesmo já estava em andamento, conforme a explanação anterior. Sobre a modificação do (ii) Estatuto da Conab, para a inclusão de um representante dos empregados no Conselho de Administração, o prazo expirou e o Conselheiro Carlos Carboni foi instado a acompanhar a situação na Casa Civil. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos participantes e deu por encerrada a reunião, da qual eu, Getulino Oliveira Narcizo, Chefe de Gabinete do Presidente da Conab, lavrei a presente ata, que – após lida e aprovada – será assinada por mim e pelos Conselheiros.

JOSÉ CARLOS VAZ

Presidente

JOSÉ GERARDO FONTELLES

Conselheiro

EDILSON GUIMARÃES

Conselheiro

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheiro

CARLOS CARBONI

Conselheiro

GETULINO OLIVEIRA NARCIZO

Secretário